

**A. I. Nº** - 276473.1202/05-0  
**AUTUADO** - GELAX FRIOS E CONGELADOS LTDA.  
**AUTUANTE** - ROSAMARIA BARREIROS FERNANDEZ  
**ORIGEM** - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 05. 05. 2006

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0143-04/06**

**EMENTA:** ICMS. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O valor originariamente exigido foi reduzido com base em autuação anterior, de omissões de saídas decorrentes de entradas não contabilizadas, por terem a mesma natureza deste lançamento, em igual período. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração lavrado em 28/12/2005, exige ICMS no valor de R\$ 30.488,40, e multa de 70%, em razão da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas.

O autuado, através de advogado, ingressa com defesa às fls. 52 a 57 , na qual tece os seguintes argumentos:

Que a simples existência de notas fiscais arrecadadas no transito de mercadorias, e registradas no sistema SINTEGRA (fato conhecido), não é prova de que houve entrada no estabelecimento constante como destinatário, devendo o estado provar o efetivo ingresso. Aduz que, sem esta prova não há como tributar.

Ressalta que os Autos de Infração de nºs 232943.1011/04-2, 288951.0504/03-5, 288942.0009/02-7 e 298942.0008/03-9, abrangem o mesmo período fiscalizado, e que o contribuinte os pagou, não cabendo nova tributação e novas multas decorrentes do mesmo fato.

Aduz que não comprou os produtos das empresas Cooperativa Agrícola Mista , notas fiscais nºs 191212, 191213 e 191214, e Avipal, nota fiscal nº 133708, e que as está acionando judicialmente, para que esclareçam o motivo de terem emitidos ditas notas fiscais, tendo-o como destinatário.

Aponta o descabimento entre as notas fiscais recebidas e as não recebidas, com o exemplo das Notas Fiscais da Avipal, a nota fiscal de nº 133709, que tem como recebedor das mercadorias no seu canhoto, a identificação do empregado da autuada e o carimbo da Gelax. Já na nota fiscal da Avipal, de nº 133708, a assinatura não confere com a assinatura da nota fiscal nº 133709 e nem o canhoto foi carimbado pelo recebedor da mercadoria.

Para corroborar com a prova de que não foi recebida a mercadoria constante da nota fiscal da Avipal, nº 133708, anexa cópia integral do livro Registro de Empregados, onde não consta qualquer empregado com a assinatura igual ou parecida com a constante do canhoto, que também segue em anexo. Pede a improcedência do auto de infração.

O autuado presta informação fiscal, fl. 174, na qual reitera os termos da fiscalização e opina pela procedência do auto de infração.

## VOTO

Verifico da análise dos elementos constantes nos autos que, em momento algum, o sujeito passivo ficou impedido de exercer a ampla defesa e o contraditório, pois na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no artigo 39, do RPAF/99.

No mérito, trata-se de Auto de Infração no qual exige-se ICMS, em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, conforme notas fiscais capturadas através do CFAMT, com demonstrativo de fl. 10 e notas fiscais de fls.12 a 47 do PAF, todas destinadas ao contribuinte autuado.

Tratando-se de presunção legal, prevista na Lei 7.014/96 no art. 4º, § 4º: “O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.”

O contribuinte ressalta que através dos Autos de Infração de nºs 232943.1011/04-2, 288951.0504/03-5, 288942.0009/02-7 e 298942.0008/03-9, que abrangem o mesmo período fiscalizado, também foi exigido ICMS com os mesmos fatos geradores, os quais por terem sido pagos não cabe nova tributação e novas multas decorrentes do mesmo fato.

Entendo que cabe considerar a infração 05, do Auto de Infração nº 298942.0009/02-7, decorrente da falta de recolhimento do imposto, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiros desacompanhadas de documentação fiscal e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado, onde foi exigido o ICMS no valor de R\$ 66,07, referente ao exercício de 2001. Assim, o valor de R\$ 66,07 deve ser abatido do valor ora exigido, relativo à ocorrência de 30/11/2001.

Outrossim, as demais infrações dos Auto de Infração anexados ao PAF não têm pertinência com as acusações ora analisadas.

Deste modo, entendo que deve ser abatida a parcela no valor de R\$ 66,07 por compreender período e omissão de saídas, abrangido em lançamentos anterior, ficando o demonstrativo de débito com a seguinte feição:

Data Ocorr	Data venc	Base de calculo	Alíquota	Multa	Valor ICMS
30/11/2000	09/12/2000	364,00	17	70	61,88
31/12/2000	09/01/2001	3.577,00	17	70	604,69
31/01/2001	09/02/2001	750,00	17	70	127,50
31/03/2001	09/04/2001	770,52	17	70	130,99
30/04/2001	09/05/2001	1.317,00	17	70	223,89
31/05/2001	09/06/2001	353,00	17	70	60,01
31/08/2001	09/09/2001	354,29	17	70	60,23
30/11/2001	09/12/2001	2.318,18	17	70	408,94
31/03/2002	09/04/2002	5.041,52	17	70	857,06
31/12/2002	09/01/2003	4.520,70	17	70	768,52
31/01/2003	09/02/2003	13.049,23	17	70	2.218,37
28/02/2003	09/03/2003	18.925,94	17	70	3.217,41
31/03/2003	09/04/2003	105.112,30	17	70	19.967,72
30/09/2003	09/10/2003	1.020,00	17	70	173,40
31/01/2004	09/02/2004	1.995,82	17	70	339,29
31/03/2004	09/04/2004	3.215,52	17	70	546,64
30/04/2004	09/05/2004	2.511,17	17	70	426,90

30/06/2004	09/06/2004	806,41	17	70	137,09
31/07/2004	09/08/2004	540,00	17	70	91,80
Total					30.422,33

Voto pela PROCÊDENCIA EM PARTE do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **276473.1202/05-0**, lavrado contra **GELAX FRIOS E CONGELADOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 30.422,33**, sendo R\$61,88, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e R\$30.360,45, acrescido de idêntica multa, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de abril de 2006

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - JULGADOR